



Encontro "Os Direitos Humanos e a MGF, IPAD, Lisboa 10 Dezembro, 2008

Intervenção no Painel "A Sociedade Civil, os Direitos Humanos e a MGF"

É sobretudo graças ao trabalho persistente e militante da sociedade civil, em prol da defesa dos direitos humanos das mulheres que estamos aqui hoje neste dia Internacional dos Direitos Humanos a falar sobre Mutilação Genital Feminina.

É com um imenso orgulho que constato que muito foi feito desde 2002, altura em que a minha associação, a UMAR, organizou pela primeira vez em Portugal um encontro sobre o tema, em Lisboa, na Casa Amarela em frente ao Parlamento, convidando para este seminário representantes de uma ONG que, na altura, estava a desenvolver o projecto do fanado alternativo na Guiné-Bissau. Foi, assim, graças à Mutilação Genital Feminina que tomei conhecimento da UMAR. À data era estudante de sociologia e tinha acabado de desenvolver um pequeno trabalho sobre esta prática no âmbito da disciplina de Saúde, Medicina e Sociedade; logo, estava ávida por um maior conhecimento sobre o tema. Talvez tenha sido mesmo a MGF a responsável pela minha posterior entrada para a UMAR.

Portanto, a partir de 2002, a Mutilação Genital Feminina começou a ser assunto de debate e cobertura mediática e, neste sentido, há que prestar homenagem ao trabalho desenvolvido pela jornalista Sofia Branco. Nessa altura, pouco se sabia se a MGF era praticada em Portugal, sabia-se porém que era praticada na Guiné-Bissau, para além de outros países sobretudo no Continente Africano. Porém, este desconhecimento e essa distância física do «problema» não impediu ou não enfraqueceu a sociedade civil portuguesa de retirar da invisibilidade essa prática, pois os Direitos Humanos das Mulheres não conhecem fronteiras e nós mulheres, brancas, negras, europeias, africanas, mulheres de todo o mundo, conhecemos bem o peso das tradições e dos falsos moralismos. Conhecemos bem o peso das culturas machistas que tentam controlar o nosso corpo e a nossa sexualidade, que se recusam a aceitar o direito inalienável do nosso corpo à integridade física e psíquica e ao prazer sexual desvinculado da função reprodutiva e que por isso cortam, anulam e retraçam o único órgão completamente dedicado à fruição sexual: o clítoris. Pois é, um pouco por todo o lado, as mulheres têm os ombros pesados com o

fardo que famílias e comunidades lhes depositam enquanto guardiães da honra familiar e social.

A MGF deve ser equacionada segundo duas perspectivas. Por um lado, contrariando um crescente corpo de directivas internacionais dos direitos humanos que enfatizam a não discriminação sexual; por outro lado, como uma prática em conformidade com os padrões de diferenciação sexual, enraizados em valores sociais e culturais que dão primazia ao sexo masculino.

Repito: um longo caminho tem sido trilhado para tornar visível e para combater esta prática, grande parte das vezes concomitante com outras práticas tradicionais, como por exemplo o casamento forçado. O próprio uso do termo «mutilação genital feminina» nos documentos internacionais ao invés de «circuncisão feminina» é exemplificativo do entendimento da prática como uma violação dos direitos humanos. O termo mutilação integra a dimensão de dor, de sofrimento, de amputação, distanciando-se de uma provável, e errada, comparação entre circuncisão feminina e masculina.

A luta pela eliminação da MGF exige, pois, uma abordagem multidisciplinar e transnacional.

Exige quer nos países de acolhimento quer nos países onde a MGF se realiza um esforço conjunto de governos e sociedade civil para informar, formar e prevenir. A luta pela eliminação desta prática exige ainda que governos e ONG dos países ocidentais e dos países onde a MGF é praticada movam esforços conjuntos para a sua eliminação. Sobretudo é necessário entender que o relativismo cultural e o multiculturalismo têm limites e que as mulheres já estão fartas de ouvir que os seus direitos humanos não são urgentes, que existem outras prioridades económicas, políticas ou sociais.

Em Portugal há que informar a sociedade civil como um todo de que a mutilação genital existe e que não é um problema circunscrito geograficamente, há que informar a sociedade civil e sobretudo as mulheres e homens das comunidades imigrantes dos riscos da MGF para a saúde física, reprodutiva, psicológica e sexual das mulheres. O prazer sexual da mulher não é perigoso e aberrante, mas antes um direito da mulher e uma mais-valia para uma relação sexual mutuamente gratificante.

Há que encorajar e apoiar politicamente as mulheres destas comunidades a falar, de modo a retirar do silêncio e da invisibilidade esta prática, há que trazer para esta luta os homens e sobretudo os líderes religiosos, estes têm que se posicionar criticamente contra a MGF, condenando-a e demonstrando que não existe nenhum mandamento religioso para a sua manutenção. Há ainda que

formar profissionais de saúde e da educação, pois o papel destes dois sectores, como já foi aqui demonstrado, é vital no combate à MGF, sobretudo para as e os profissionais que trabalham ao nível da Cooperação.

O governo português, através dos acordos de Cooperação que celebra com os países onde a MGF é praticada, pode fazer muito, e mais, na luta pela eliminação desta prática. Pode pressionar esses países para investirem na educação das meninas. A violência sobre as mulheres será mais facilmente combatida se os países investirem na educação e no empoderamento das meninas concedendo-lhes outras possibilidades que não o exercício dos papéis tradicionais de esposas e mães. As mulheres necessitam de facto de muito mais, necessitam de educação, necessitam que lhes concedam direito à propriedade e ao microcrédito, necessitam de escolher se querem casar e ser mães e se o querem de facto. A pobreza e a iliteracia tornam as mulheres mais susceptíveis à violência. Por isso, a luta pela eliminação da MGF só será possível mediante a melhoria das condições de vida das mulheres. A luta pela eliminação da MGF só será possível se as mulheres que a praticam tiverem outra forma de rendimento e prestígio social que não passe pelo «corte». Em países onde ser mulher é pouco valorizado socialmente e onde as mulheres são tradicionalmente pobres é fácil entender porque é que as mulheres praticam a MGF.

A UMAR insta, pois, o governo português a rever a sua política de concessão de asilo, na medida em que é urgente que o risco de MGF possa ser objectiva e claramente integrado na lista de justificações para a atribuição deste estatuto.

Termino felicitando, também em nome da Direcção da UMAR, a APF pelo trabalho consistente que tem vindo a desenvolver pelo combate a esta prática. Felicitamos ainda a APF pela maternidade do Programa de Acção pela Eliminação da Mutilação Genital Feminina, no âmbito do III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género e pela orientação multidisciplinar e transnacional que o mesmo possui, obrigando a sociedade civil, os sectores técnicos e o poder político a unirem esforços, pois só através desta união podemos imaginar o fim da MGF.

Obrigada.